

# ENSINO SUPERIOR NO MARANHÃO, POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA JOVENS DE BAIXA RENDA

José Euzébio de Oliveira Souza Aragão<sup>1</sup>

Maria de Fatima Sousa Silva<sup>2</sup>

Emerson Francisco de Souza<sup>3</sup>

## RESUMO

Na sociedade contemporânea, embora contemplada com os avanços científicos e tecnológicos, a qualidade da educação no ensino público ainda é um desafio – indicador que contribui para a exclusão de muitos jovens do acesso ao ensino superior. Dentre as diversas fragilidades nas políticas educacionais, selecionamos o acesso de inclusão e permanência, no ensino superior, de jovens de baixa renda no Maranhão, estado brasileiro demarcado por aspectos econômicos de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como desigualdades sociais. Este estudo de cunho bibliográfico objetiva analisar as tendências de acesso ao ensino superior de jovens de baixa renda, bem como aos cursos mais ofertados. Para tanto, optamos por um recorte temporal (2017 e 2018), nessa região do Nordeste, cujo objeto de análise, como parâmetro, é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Universidade Para Todos (ProUni). Para que se obtenha o ProUni, o aluno precisa realizar as provas do ENEM, e então são concedidas bolsas de estudos em instituições privadas a alunos que se encaixam nas políticas afirmativas, bem como para os de baixa renda. Portanto, este trabalho pode contribuir para ampliar as discussões e efetivar medidas alinhadas às políticas existentes, que possam pensar de fato nas demandas de jovens socioeconomicamente carentes que almejam ingressar no ensino superior, oriundos tanto da região maranhense, quanto de outras.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Exclusão Social. Programas Institucionais.

## ABSTRACT

Contemporary society, although contemplated with scientific and technological advances, the quality of education in public education is still a challenge, an indicator that contributes to the exclusion of many young people accessing higher education. Among the various weaknesses in educational policies, we selected access to inclusion and permanence in higher education for low-income youth in the State of Maranhão, a

---

<sup>1</sup> Professor do departamento de educação e do programa de pós-graduação em educação no instituto de biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio Preste Filho (UNESP) campos Rio Claro - SP E-mail: [jose.aragao@unesp.br](mailto:jose.aragao@unesp.br)

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), de Rio Claro-SP; Mestrado (UFPI); Pedagoga (UEMA); membro do GEPES da UNESP-Rio Claro. E-mail: [mfs.silva@unesp.br](mailto:mfs.silva@unesp.br).

<sup>3</sup> Professor da rede estadual de ensino do estado de São Paulo, Professor da Faculdade Capital Federal (Fecaf ) doutorando em Educação Universidade Estadual Paulista Júlio Preste Filho (Unesp) Rio Claro. E-mail: [emerson.f.souza@unesp.br](mailto:emerson.f.souza@unesp.br).

region of Brazil demarcated by the economic aspects of low Human Development Index (HDI), and despite the marks social inequalities. This bibliographic study aims to analyze the trends of access to higher education for low-income youth, as well as the most offered courses. In this study, we chose a time frame from 2012 to 2019, in this northeast region, whose object of analysis as a parameter is the National High School Exam (ENEM) and the University for All Program (ProUni), which in turn access to education higher education consists of carrying out the ENEM to design scholarships at private institutions for students that fit into affirmative policies as well as low-income students.

**Keywords:** Higher Education. Social exclusion. Institutional Programs.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva mostrar o panorama de oferta do Ensino Superior aos jovens maranhenses por meio das políticas de cotas, enfocando o egresso, permanência, desafios e modalidades dos cursos ofertados. Neste estudo também se analisa e problematiza o diagnóstico situacional do Ensino Superior no estado do Maranhão, nos últimos dez anos, com ênfase nas mudanças ocorridas com a globalização e as políticas públicas de acesso ao ensino superior. Dito isto, surgem algumas questões pertinentes: Quais os principais desafios os jovens maranhenses enfrentam para acessar o ensino superior por meio dos programas ENEM e ProUni? Qual o avanço desse nível de ensino no estado? A quais estratégias esses jovens recorrem para ingressar e concluir o Ensino Superior?

Reitera-se que parte deste estudo é de cunho bibliográfico, elucidando as informações estatísticas do Censo da Educação Superior no período compreendido entre 2017 e 2018. No intuito de potencializar a compreensão sobre as interferências desses programas de acesso ao ensino superior e a trajetória acadêmica dos jovens maranhenses, bem como seus perfis, foi realizada uma pesquisa com alguns destes que participam, ou participaram, desses programas de políticas educacionais. Para colher as informações pertinentes ao tema, utilizou-se o questionário on-line *google forms* a eles direcionado. No tocante a essa questão, considerou-se interessante iniciar o estudo, pontuando algumas observações referentes ao estado do Maranhão, com um breve contexto do Ensino Superior, o panorama de acesso a esse nível de ensino, o perfil e seus desafios.

## **1. PROCEDIMENTO DE PESQUISA**

Neste trabalho, foi adotada a metodologia bibliográfico-documental e pesquisa quanti-qualitativa. E foram analisadas e apresentadas informações de órgãos oficiais sobre o Ensino Superior no Maranhão.

Foi realizada também uma pesquisa com os jovens maranhenses que participam e/ou participaram de algum programa de acesso a esse nível de ensino.

Para coletar tais informações, foi usado questionário on-line, cujo link foi disponibilizado por meio de WhatsApp de grupo de pesquisa e de universidades do estado. Conforme Richardson (2012), o questionário é um instrumento eficiente para descrever e observar as características de determinadas variáveis de um grupo social. Nessa perspectiva, os relatos dos estudantes tornaram possível desenhar seu perfil socioeconômico, bem como compreender os fatos que lhes permitiram obter acesso ao ensino superior e a trajetória acadêmica por eles vivenciada. O link do questionário, seguido de explicações sobre o objetivo da pesquisa, foi enviado aos grupos em 04 de novembro de 2020, e, até 12 de novembro, foram obtidas respostas a 19 questionários.

Para interpretar os dados neles contidos, e nos documentos, foi utilizada a técnica de *análise de conteúdo* que, segundo Bardin (2011. p. 56), “consiste numa visão inicial, que vai se familiarizando com os documentos, com os textos que serão analisados”, cuja leitura proporciona à pesquisa uma visão geral referente ao que é pertinente aos participantes.

### **1.1. Uma breve história do ensino superior no Brasil**

O Ensino Superior no Brasil apresentava atraso histórico em relação aos demais países da América Latina. Desde o século XVI, os espanhóis fundaram as universidades no “Novo Mundo” (a América) com todo aval do catolicismo. No entanto, o Brasil inaugurou suas primeiras universidades apenas no século XIX, ou seja, três séculos mais tarde.

Entretanto, algumas instituições escolares, com caráter de universidade, já existentes anos anteriores, eram controladas pela igreja católica e tiveram uma função primordial na formação de membros para o catolicismo, destinada a uma elite colonial.

Em 1808 – com a vinda da família real, fuga de Portugal pela expansão napoleônica –, antes de chegar à capital, Rio de Janeiro, dom João VI, pressionado pela elite baiana, assinou o decreto por meio do qual foram dados os primeiros passos para a

criação de uma universidade brasileira. Nele, foi criado os cursos de cirurgia anatômica e obstetrícia.

E, em 1827, foram concebidos no Brasil dois cursos de Direito: um no município de Olinda-PE, Nordeste do país, e outro em São Paulo-SP, na região Sudeste. No século XX, com ideário positivista republicano, a primeira universidade (Universidade do Brasil) foi criada em 1820, pelo Decreto nº 14.343, que oferecia diversos cursos. Ela não desconsiderava que a Educação Superior esteve reservada à elite brasileira, uma pequena parcela da população. Já as classes trabalhadoras não tinham acesso nem à Educação Básica.

Em 1878, com a reforma Leôncio Cavalcante, ficou o Ensino Superior brasileiro subordinado ao centralismo imperial, sempre influenciado pelos setores privados, tendo em vista que as iniciativas privadas buscaram a formação superior para defenderem seus interesses econômicos e sociais. Por isso, escolheram profissões liberais. Portanto, todas as decisões sobre ensino superior estiveram condicionadas ao ministro Leôncio, que defendia os desejos da iniciativa privada, dentro do órgão público (SAMPAIO, 2001).

Assim, a escolha de docentes para ministrar aulas nas instituições de ensino superior, nesse período, esteve extremamente condicionada a questões políticas e não acadêmicas. Logicamente só eram escolhidos, e atuaram nessas universidades, docentes que atendessem às ideologias do governo. Dessa forma, os positivistas que assumiram o poder, nesse período, e governaram até o início do século XX, não tiveram como meta criar um ensino universitário, mas apenas cadeiras espalhadas pelo país para atender a demandas específicas das elites provinciais. E assim puderam controlar todas as ações do ensino superior.

Após a Abolição da Escravatura (1888) e o início da República Velha (1889), havia outros interesses políticos no poder, um governo descentralizado. Num período de 30 anos, foram criadas no Brasil mais de 60 cadeiras de ensino superior espalhadas pelo país. Em São Paulo, uma de suas províncias mais ricas, surgiram os sistemas educacionais, que fizeram parte da modernização do estado, com investimento oriundo das fazendas cafeeiras. Desse modo, as elites se interessaram por investimentos em tecnologia e buscaram aumentar a produção agrícola.

Já nas primeiras décadas do século XX, foram fundadas a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC). Em 1912, no estado do Paraná, foi instituída formalmente a primeira universidade estadual do Brasil. Nesse mesmo período, mais especificamente em 1920, foi inaugurada a Universidade do

Brasil, que procurou exercer a união das cadeiras existentes no ensino superior para transformá-las em universidade. No entanto, ela continuou condicionada ao governo central e à iniciativa privada, sem autonomia para suas atividades e sem grupos de pesquisas (IDEM. Ibidem).

Na década de 1930, com a revolução liberal, sob a liderança de Getúlio Vargas, Francisco Campos é nomeado ministro da Educação e Saúde, apresentando reformas estruturais nos ensinos de base e superior. Com essa reforma, o então ministro deu, para o estado e a Federação, autonomia para organizar o ensino superior no Brasil. Essa nova organização buscava a conservação da educação tradicional superior, não havendo espaços para a divulgação e a criação de institutos de pesquisa.

Como resultado do descontentamento de São Paulo com o governo federal, ocorreu a Revolução Constitucionalista em 1932. E, depois, em 1934, surgiu a Universidade de São Paulo (USP), financiada pelas elites intelectuais paulistas, dispondo de extrema autonomia, rompendo a lógica do ensino superior tradicional que existia no Brasil até o período de sua fundação.

As novas universidades, desta forma, não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes. Foi antes uma iniciativa de grupos de políticos, intelectuais, e educadores, nem sempre ligados ao ensino superior. A universidade se implanta através de confrontos, negociações e compromissos, que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal. Este processo é extremamente complexo, pois se dá em um momento de mudança de regime político, de tal forma que os proponentes da reforma se encontram ora integrados nos grupos dominantes, ora em oposição a ele (IDEM, 2011, p. 13).

Entre as décadas de 1940 e 1960, não houve mudanças significativas nas universidades brasileiras no sentido de reformas burocráticas. No entanto, as redes de ensino são expandidas com a criação das redes federal de ensino superior, das universidades controladas pela igreja católica, as pontifícias, e de outras instituições de menor porte, principalmente no estado de São Paulo. Assim, o número de matrículas do ensino superior passou de 27.671 para 93.202 (IDEM. Ibidem).

A década de 1960 ficou marcada pela repressão no Brasil, principalmente a partir de 1964 com o regime militar. No entanto, na contramão da conjuntura política nacional, houve a reforma universitária de 1968. Dentre as várias medidas adotadas, houve maior participação dos estudantes na parte institucional das universidades públicas e privadas. Assim, graças à necessidade de mão de obra mais qualificada para a

produção do capital, houve aumento nas demandas de vagas no período ditatorial. Em 1960, o Brasil ofertava cerca de 93.902 vagas, e na década de 1980, por volta de 1.345.000. Em relação a isso, Minto (2014, p. 299) traz uma reflexão mais profunda sobre a atuação dos militares diante do ensino superior no Brasil:

(...) Muitos autores já discutiram a questão dos militares e sua crença na ciência e tecnologia como fundamentais para o desenvolvimento nacional, que os teria induzido a certas opções políticas no que se refere à universidade. Contudo, o que a história revela é que a universidade (e a educação superior em seu conjunto heterogêneo) herdada das reformas de 1968 é de todas as formas restringida pela repressão política e ideológica do regime, a não ser num sentido muito marginal, permanecia servil aos interesses hegemônicos que a instituíram. Não era a reforma pretendida pelas forças de esquerda, almejada pelos críticos, pelos movimentos sociais e pelos estudantes.

No período de 1980 a 1994, havia no Brasil uma conjuntura muito complicada, com inflação alta e o *impeachment* do presidente da República daquele período etc. Retornou-se ao Estado Democrático apenas com a eleição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>4</sup>. Com relação ao ensino superior, o governo FHC mostrou-se preocupado em beneficiar as políticas neoliberais em ascensão nesse período. Assim, nomeou para o cargo de ministro da Educação o economista Paulo Renato Souza, ex-secretário da Educação do estado de São Paulo, ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas, e, naquele momento, técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No entanto, o governo ficou marcado por outras medidas na área educacional. A principal delas foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996. Segundo o documento, o ensino superior seria regulado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), qualquer abertura e fechamento estariam condicionados ao ministério e todas as instituições de ensino superior do Brasil passariam por avaliação contínua (CUNHA, 2003). Sem dúvida, com a nova LDB, as universidades desenvolveram mais autonomia.

Diferentemente da primeira LDB (de 1961), a de 1996 tratou detalhadamente da autonomia universitária, estabelecendo, em dois artigos, contendo cada um, numerosos itens, o que esse tipo de instituição poderia fazer. Dentre eles, reassegurou a possibilidade (negada às instituições isoladas de ensino superior) de criar e extinguir cursos, assim como de determinar o número de

---

<sup>4</sup> Foi a segunda eleição presidencial do país após a promulgação da Constituição Federal de 1988. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) venceu no primeiro turno o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), com 34.314.961 de votos contra 17.122.127.

vagas de cada um, elementos importantes para a sintonia das instituições privadas com o mercado (IDEM. Ibidem, p. 8).

Ao final do governo FHC, pôde-se perceber que sua política foi bem-sucedida, pois houve uma expansão significativa das matrículas em universidades privadas. No seu primeiro ano de governo, havia 63 universidades e, ao final, já eram 156. E, com isso, as universidades públicas ficaram estagnadas.

### Quadro 1

Número de instituições e de estudantes no ensino superior (graduação), segundo tipo e dependência administrativa – Brasil, 2001.

INSTITUIÇÕES/ ESTUDANTES	TOTAL	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INSTITUIÇÕES PRIVADAS
<b>Instituições</b>			
Universidades	156	71	85
Centros Universitários	66	2	64
Federações	99	2	97
Faculdades Isoladas	1.036	82	954
Centr. Educ. Tecnol.	34	26	8
<b>TOTAL</b>	<b>1.391</b>	<b>183</b>	<b>1.208</b>
<b>Estudantes (mil)</b>			
Universidades	1.956,5	816,9	1.139,6
Centros Universitários	338,3	5,8	332,5
Federações	166,2	5,1	161,1
Faculdades Isoladas	538,3	80,6	457,7
Centr. Educ. Tecnol.	31,5	30,8	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>3.030,8</b>	<b>939,2</b>	<b>2.091,6</b>

Fontes: MEC/INEP, Censo Escolar, Ensino Superior, 2001.

A partir de 2002, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), várias medidas foram tomadas para possibilitar, às camadas da população mais desfavorecidas economicamente, acesso ao Ensino Superior, com uma clara evidência de incentivos públicos através dos mais diversos programas. Dentre eles, destaca-se o Programa Universidade para Todos (ProUni), de 2004, que disponibilizou de 50% a 100% de bolsas de estudos aos chamados alunos de baixa renda.

O Programa Universidade para Todos (ProUni) (BRASIL, 2005) oferece bolsas de estudo, integrais ou parciais, para frequência a cursos de nível superior em instituições privadas mediante contrapartida de isenção de tributos às instituições que aderem ao programa. Tem seu foco em alunos egressos de escolas públicas de ensino médio, ou alunos da rede particular que neste nível foram bolsistas integrais com renda familiar per capita de até três salários mínimos. O critério de seleção tem como base a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o programa oferecem também

aos estudantes a Bolsa Permanência e a possibilidade para o bolsista parcial de financiar, pelo Fies, a parte da mensalidade não coberta por sua bolsa ProUni. Os dados sobre o número de bolsas concedidas mostram crescimento maior a partir de 2010. Em 2010 verifica-se a concessão de 240.441 bolsas, entre integrais e parciais, primeiro e segundo semestres, em 2015 chega-se a 328.117, e, em 2017 alcança-se 461.925 bolsas (GATTI, 2019, p. 57).

## **1.2. Uma breve história do ensino superior no Maranhão**

Os debates sobre a formação do ensino superior no Maranhão eram em princípio vinculados à Primeira República (1889-1930) e, assim, não podemos deixar de lembrar que, desde o período colonial, esse estado apresentava índice muito alto de viabilidade de problemas sociais. No entanto filhos da elite local, como na maior parte do Brasil, adquiriram sua formação na Europa, mais especificamente em Portugal, como em grande parcela das elites brasileiras do período. Para continuar esta conversa, não se pode esquecer os aspectos econômicos do Maranhão, como no Brasil em geral, mas de maneira mais precária do que em alguns estados, que tinha uma economia extremamente voltada para a agroexportação, com os problemas políticos decorrentes da Primeira República, com um domínio amplo dos coronéis do cenário político.

O ensino superior maranhense está ligado a uma questão de luta intensa. Domingo Castro Perdigão, professor de piano e violino, foi diretor da Biblioteca Pública do Maranhão (BASTO; ERMEL, 2009). Ele foi o principal idealizador da Faculdade de Direito no Maranhão, com ajuda do cônsul de Portugal nesse estado, senhor Manoel Fran Paxeco, fundada em 28 de abril 1918, com o doutor Viana Vaz como primeiro diretor.

A segunda instituição de ensino superior maranhense é a Escola de Farmácia, fundada a 12 de março de 1922, tendo como seu principal idealizador o doutor Luiz Lobato Viana e Cesário do Santo Veiga, farmacêutico. Ressaltamos aqui que vem se desenvolvendo o surgimento das instituições de ensino superior graças a uma necessidade das elites locais. Por exemplo, um cidadão da elite maranhense para fazer um tratamento dentário nesse período precisava procurar os grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

No final da República Velha de 1930, com o governo getulista temos um novo cenário para a educação superior. No caso do Maranhão especificamente, de 1930 a 1937 teve sete interventores. Neste período foram instalados os centros acadêmicos nas duas universidades maranhenses. E, de 1937 a 1945, temos a ditadura getulista, e as



reformas educacionais de Capanema. E, assim, a autonomia universitária é negada (COSTA, 2017), e no Maranhão há uma expansão dos ensinos profissionalizantes.

Em 1939 o Estado Novo fecha a Faculdade de Farmácia e Odontologia, alegando irregularidades em sua administração. E, em 1941, suas portas são definitivamente cerradas por meio do decreto n. 8.085 de 21 de outubro.

As faculdades foram reabertas somente em 1944, sob outra denominação e mantidas pela recém-criada Fundação Paulo Ramos. “Por três longos anos, então, esteve a mocidade maranhense impossibilitada de sonhar com a conquista, na própria terra, de um diploma superior” (MEIRELLES, 1994, p. 68). Já a primeira universidade do estado do Maranhão só veio a surgir em 1961, com influência direta da igreja católica. Em 1966 essas universidades isoladas passam por uma federação, tornando-se parte da Fundação da Universidade do Maranhão (FUM), hoje Universidade Federal do Maranhão. Mas burocraticamente ela passa a existir apenas em 30 de dezembro de 1981, com a Lei n. 4.400.

Seguindo a tendência nacional, as instituições privadas de Ensino Superior logo chegaram ao Maranhão. Em 1990 inaugurou-se a Universidade UNICEUMA, que por decreto presidencial foi autorizada a ofertar os cursos de administração, ciências contábeis, economia, letras e pedagogia. Continuamente, as instituições de Ensino Superior foram ganhando espaço, tanto no âmbito público, quanto no âmbito privado. (FRANCISCHETTO, 2020, p. 15).

Ao fazer um estudo sobre o ensino superior no Brasil, o Maranhão teve tardio envolvimento em relação a outros estados que disponibilizavam o Ensino Superior para a população.

## **2.2. Análise e discussão dos dados**

### **2.2.1. Analisando os dados sobre ensino superior no Maranhão 2017**

Neste tópico, trata-se de mostrar dados sobre o ensino superior no estado do Maranhão, tendo como principais referenciais oficiais o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP). Segundo o IBGE, a população do Maranhão está em torno de 70 milhões de habitantes, e apenas 10,6% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior (a média nacional é

de 17,8%). Formado por cinco mesorregiões e 217 municípios, o estado possui 45 instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e 31 EAD. Conforme a tabela a seguir, percebe-se, nos últimos anos, um aumento em todas as modalidades de ensino superior e uma demanda crescente por vagas.

**Estado do Maranhão - 2017**

Fonte: Sindata/Semesp Base: INEP/IBGE

Mesorregião	Municípios	Cursos Presenciais*		Cursos EAD**	
		Matrículas	IES	Matrículas	IES
Centro Maranhense	42	6.889	9	3.281	11
Leste Maranhense	44	18.311	9	3.143	8
Norte Maranhense	60	97.971	26	12.475	27
Oeste Maranhense	52	21.359	10	5.397	19
Sul Maranhense	19	2.501	4	1.916	8
<b>Total - Estado MA</b>	<b>217</b>	<b>147.031</b>	<b>45</b>	<b>26.212</b>	<b>31</b>

Ao comparar o número de matrículas do ano de 2017 com as realizadas em 2018, houve um aumento significativo, conforme mostra a tabela a seguir.

**Tabela 01. Dados gerais sobre o número de matriculados em 2018**

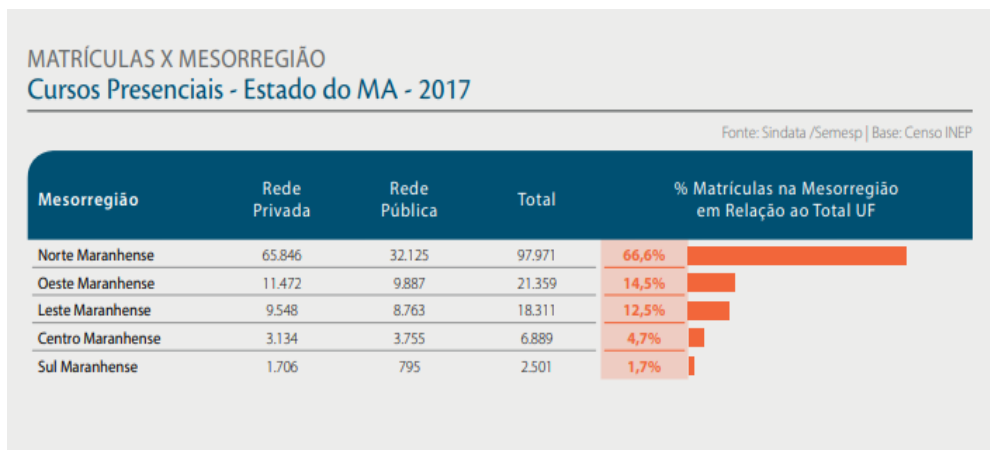
Mesorregião	Municípios	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
		Matrículas			IES	Matrículas			IES
		Rede Privada	Rede Pública	Total		Rede Privada	Rede Pública	Total	
Centro Maranhense	42	3.603	3.858	7.461	9	2.857	891	3.748	19
Leste Maranhense	44	10.029	9.392	19.421	12	2.916	1.310	4.226	19
Norte Maranhense	60	64.721	34.665	99.386	28	11.366	3.323	14.689	38
Oeste Maranhense	52	12.126	10.250	22.376	13	5.229	1.431	6.660	30
Sul Maranhense	19	1.669	1.125	2.794	4	1.340	1.351	2.691	11
<b>Total - Estado MA</b>	<b>217</b>	<b>92.148</b>	<b>59.290</b>	<b>151.438</b>	<b>53</b>	<b>23.708</b>	<b>8.306</b>	<b>32.014</b>	<b>47</b>

Fonte: Instituto Semesp, 2020.

Outro fator interessante que merece destaque é que, embora o país tenha apresentado uma grande oferta e a efetivação de estudantes matriculados em graduação na modalidade EAD, o Maranhão apresenta um aumento no número de cursos

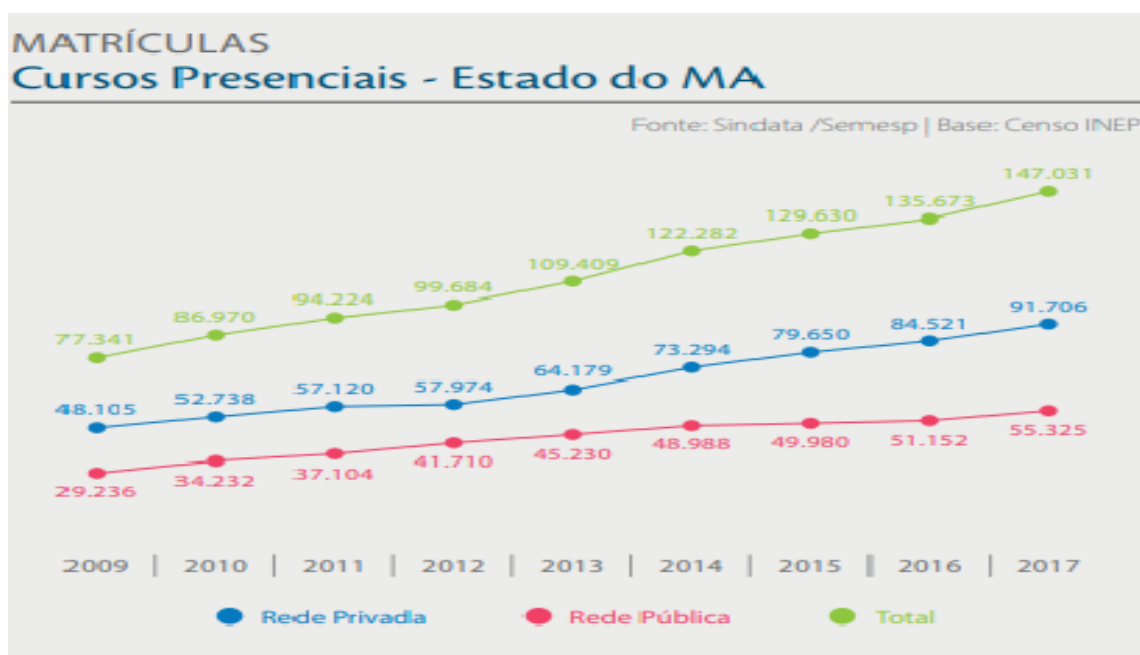
presenciais, conforme apontam os dados referentes às matrículas de 2007-2017, especificando cada Matrícula X Mesorregião do estado.

**Tabela 02**

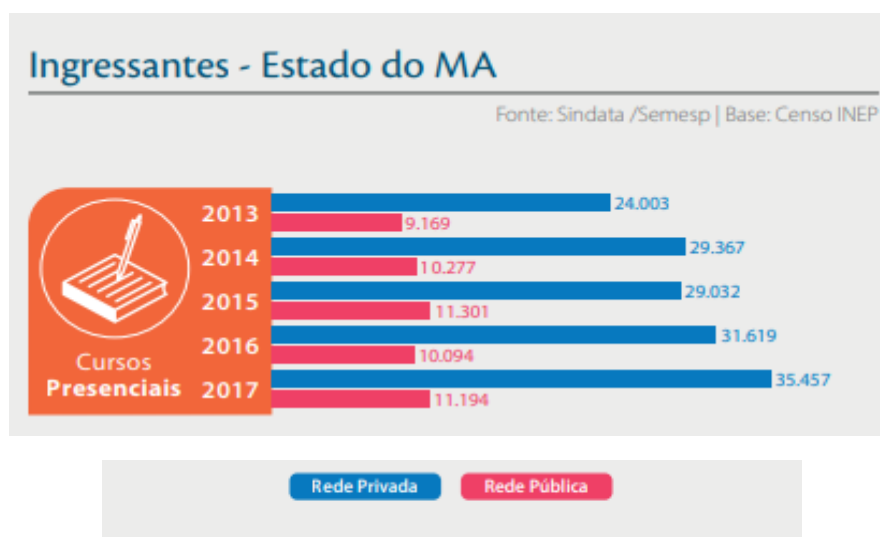


A Tabela 03 a seguir demonstra o panorama, em todo o estado, das matrículas em cursos na modalidade presencial. Pelos seus dados, percebe-se um avanço significativo de matrículas em todas as redes de ensino superior no Maranhão entre 2007 e 2017. E a tabela 04 (mais adiante) demonstra um panorama geral de ingressantes no período de 2013 a 2017.

**Tabela 03**



**Tabela 04**



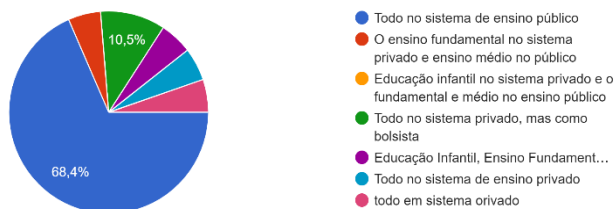
Observa-se que, em 2017, houve um ingresso significativo de alunos no ensino superior, passando de 41,7 mil para 46,7; mas as universidades privadas são responsáveis por cerca de 35,5% das matrículas, incentivadas pelos programas de nível estadual, ProUni, FIES e SISU.

### **2.2.2. Análise e discussão dos dados dos participantes da pesquisa**

Conforme supracitado, no intuito de aprofundar o conhecimento sobre as demandas dos alunos oriundos dos programas acima mencionados, foi feito levantamento de informações por meio desta pesquisa. Para conhecer a trajetória durante o ensino básico, elaborou-se a questão que aparece no Gráfico 1.

## Gráfico 01

Em qual sistema se ensino você concluiu o ensino básico:  
19 respostas

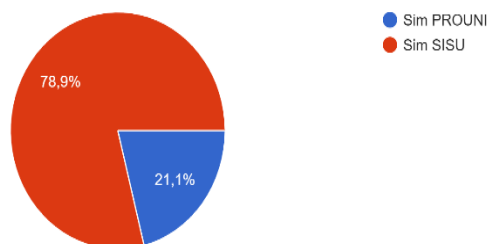


Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo as respostas, a minoria cursou o ensino básico em sistema privado, uma vez que 68,4% concluíram o ensino básico na rede pública. E, no intuito de identificar os alunos que participam e/ou participaram dos programas de acesso ao ensino superior, elaborou-se a questão, conforme demonstrado no Gráfico 02, sobre a participação dos estudantes nos programas ProUni e SISU.

## Gráfico 02

Você recorreu ao PROUNI ou SISU para ingressar no Ensino Superior?  
19 respostas



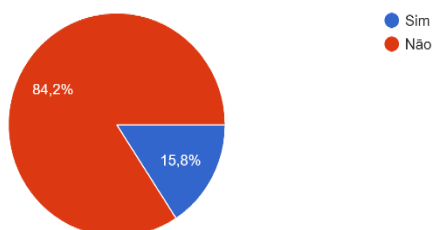
Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do exposto, observa-se que, dos participantes desta pesquisa, a grande maioria participa, ou participou, do SISU. No tocante a isso, é interessante fazer uma consideração em relação a essa questão: o link do questionário foi disponibilizado em grupos de pesquisa da mesorregião do estado, que se encontram em alguns *Campi* da Universidade Federal do Maranhão. Considerando a crescente demanda de IES, criada nos últimos anos, é possível que esse dado se altere, a depender do contexto pesquisado.

Outra curiosidade refere-se à localidade em que os participantes realizam seus cursos, a partir da qual instigou-se sobre a questão indicada no Gráfico 03.

**Gráfico 03**

Você cursou fora de seu Estado(Maranhão)  
19 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do que mostra o Gráfico 3, a grande maioria dos participantes estudou, ou ainda estuda, no Maranhão.

Como o foco da pesquisa também é conhecer os desafios a que esses alunos são submetidos, considerou-se interessante solicitar que descrevesse os principais desafios para quem respondeu sim para esta questão.

Dito isto, os participantes foram instigados, sobre os desafios encontrados, a ingressar no Ensino Superior por meio do ProUni ou SISU? Pelas respostas, 63,2% afirmaram terem tido desafios, enquanto 36,8% não tiveram desafios. E ainda foi-lhes solicitado que descrevessem os principais desafios, cujas respostas encontram-se no quadro abaixo.

#### **Quadro 01. Desafios considerados relevantes**

Acho importante considerar que os vestibulares das universidades federais só ocorrem uma vez por ano por meio do Enem. Isso pode gerar atrasos em quem não passa na primeira oportunidade.
As horas de estudo dedicadas, com dois anos de curso pré-vestibular. Além disso, os problemas no site do Sisu em 2019, com muitas instabilidades;
A concorrência por curso.
A universidade fica distante dos meus familiares e por isso tenho que pagar aluguel.
Baixa quantidade de vagas.
Vários desafios, pois eram poucas vagas para a cidade em que coloquei.
A quantidade de bolsas ofertadas era pequena.

<p>Não tenha acesso à internet.</p> <p>Números de vagas baixo.</p> <p>Condições financeiras para me locomover até a cidade onde realizei a prova do Enem.</p> <p>Dificuldades para obter a nota acima da nota de corte.</p> <p>Necessidade de fazer cursinho preparatório.</p> <p>O medo de zerar em algum módulo da prova.</p>
<p>O ingresso foi o maior desafio, pois já havia um tempo de conclusão do ensino médio, e como é o campus mais próximo da minha cidade, a concorrência está entre as pessoas mais jovens que concluíram o ensino médio recente.</p> <p>Mudar de cidade.</p> <p>Transporte, trabalho e estudo simultâneos.</p> <p>Particularmente, meu ano de ingresso em Medicina (SISU 2019) teve muitos problemas técnicos, que levaram ao aumento do prazo de inscrição, o que culminou com o aumento também das notas de corte.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos relatos dos participantes, fica demonstrado que os desafios são bastante recorrentes e de origens diversas, ou seja, são problemas relacionados a fatores socioeconômicos que implicam a falta de outros acessos durante o ensino básico, além de problemas técnicos institucionais.

Entretanto, pensou-se também em questioná-los sobre estratégias das quais emergem o acesso ao ensino superior. E, então, foi elaborada a questão que aparece no Quadro 02.

**Quadro 02. Quais foram as estratégias utilizadas no decorrer do Ensino Médio para ingressar no Ensino Superior por meio destes programas?**

<p>Estudar em casa, mas muitas pessoas fazem cursinho, em virtude de um ensino médio ineficiente.</p> <p>Me dediquei nos estudos.</p> <p>Atualização sobre acontecimentos relevantes ao país/mundo e prática de redação.</p> <p>Por meio de simulados, provão e redação.</p>
<p>Busquei aproveitar o conhecimento repassado pelos professores em sala de aula, conciliando-o com a aprendizagem por meios próprios, através de livros, vídeos, simulados etc., visando à aprovação em vestibulares.</p> <p>Por meio de simulados, provão e redação.</p> <p>Nenhuma estratégia. Apenas disciplina durante a minha formação (preparação) para posteriormente, ingressar na universidade.</p>
<p>Muito estudo, dedicação e foco.</p> <p>Cursinho Pré-Vestibular.</p> <p>Eu estudei em cursinho preparatório para o Enem.</p>

Tentativas e mais tentativas, estudando em casa, fazendo cursinho em um programa de aulas online com Professor monitor que foi ofertado pelo governo.  
Estudo por meio de simulados. Treinamento em redação.  
Estudar e me familiarizar com as questões do ENEM.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme os relatos dos participantes, todos demonstraram pretensão, desde o ensino médio, de avançar para o ensino superior. E as estratégias em sua maioria foram de autoestudo e disciplina, e uma minoria dos participantes frequentou cursinho pré-vestibular. É interessante também pontuar que estes participantes tiveram acesso à internet, pois a maioria aponta ter recorrido a aulas on-line, simulados, entre outros.

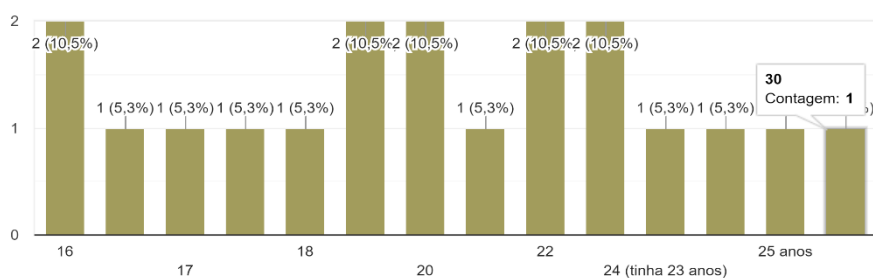
No tocante a esse aspecto, considerou-se interessante instigar algumas questões pertinentes à temática, cujas respostas contribuem para a compreensão do cenário que se investiga. Daí se questionou se residem no Maranhão: 84,2% sim e 15,8% em outros estados. Com relação à conclusão do curso: 63,2% sim e 36,8% ainda não concluíram.

Também se considerou interessante instigá-los sobre a atuação nas áreas de formação: 57,9% não trabalham na sua área de formação, enquanto 42,1% sim. Portanto, a partir das respostas, compreende-se que os que realmente frequentaram o curso são os alunos que moram em outros estados. E também se observou que a maioria dos participantes que trabalham em sua área de formação reside fora do estado.

Ponderou-se, ainda, sobre a idade dos egressos, também instigando os participantes da pesquisa em relação a essa questão. O gráfico a seguir demonstra a idade com a qual ingressaram no Ensino Superior, que varia entre 16 e 25 anos, conforme mostra o Gráfico 4.

**Gráfico 04**

Qual sua idade quando ingressou no ensino Superior?  
19 respostas





Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o Gráfico 4, os participantes desta pesquisa, no geral, estão numa idade considerada normal para essa demanda. No entanto, outros estudos mostram que o estado do Maranhão tem a menor taxa de escolarização líquida do país, chegando apenas a 10,4% (SEMESP, 2020).

### **Considerações Finais**

Na sociedade contemporânea, apesar dos avanços da ciência e da tecnologia, a qualidade da educação na rede pública ainda é um desafio: o indicador que impede muitos jovens de cursar o ensino superior. Dentre as diversas fragilidades da política educacional, optou-se pela inclusão e a permanência de jovens de baixa renda no Maranhão para o ensino superior, região demarcada por fatores econômicos do baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), embora a igualdade seja marcante na sociedade.

Para fazer uma consideração final e sem pretensão de encerrar o atual diálogo sobre a pedagogia universitária e os desafios do ensino superior no Maranhão, considerou-se como primeiro ponto, existente e verdadeiro, o aluno que tem dificuldades, expectativas e possibilidades e, em grande medida, ainda não compreendeu totalmente as práticas de ensino, os conteúdos e a linguagem adotados pelo ensino superior. Embora as pessoas tenham uma compreensão do necessário papel transformador que as universidades irão desempenhar, é igualmente razoável considerar que qualquer atividade docente deve partir da realidade atual.

E, como segundo ponto, que não se pode ignorar os desafios da docência superior. Os dados relativos ao fracasso, à qualidade e aos conflitos chamam a atenção para essa questão que não pode mais passar despercebida, tornando-se urgente que os problemas do ensino superior ganhem contornos de relevância como parte da ação intelectual dos sujeitos envolvidos na ação universitária.

Não desconsiderando a ascensão social de muitos jovens maranhenses beneficiados por esses programas, alcançando sua independência financeira, implicando a melhor qualidade de vida para muitas famílias, é interessante ainda se pensar na melhoria desses programas, principalmente no que se refere aos cursos oferecidos, se

realmente contemplam esse estudante. Conforme esta pesquisa, 63,2% já concluíram o curso, contudo, destes, 57,9% não trabalham na sua área de formação.

Outra questão interessante de se pontuar refere-se aos cursos elitizados de medicina por exemplo. Quem tem acesso a eles? Conforme dados desta pesquisa, os participantes que declararam ter cursado todo o ensino básico em instituições privadas, e frequentaram cursinhos, são alunos de medicina; embora todos os participantes tenham relatado ter usado muito estudo e foco como estratégia para acessar o ensino superior.

Por fim, conclui-se ser preciso ver a integração na educação brasileira, além das questões jurídicas, compreensão histórica do campo profissional e seu processo de produção. A contradição é causada pela produção de materiais, e as relações sociais modernas tornam-se, com a ajuda da tecnologia, um fato complexo para esse ingresso em massa, mesmo percebendo que nos últimos anos há um aumento em todas as modalidades de ensino superior, e uma demanda crescente por vagas. Porém, esse ingresso ainda está longe de ser o ideal, justo e inclusivo e de qualidade para esta sociedade maranhense.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *O Programa Universidade para Todos*. Acesso em: 20 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *O Programa Bolsa Permanência*. Acesso em: 20 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2015*. Brasília (DF), 06 de outubro de 2016. Acesso em: 10 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2016*. Brasília, 31 de agosto de 2017d. Acesso em: 10 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2000*. Divulgado em 2001a. Acesso em: 10 dez. 2017d.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Prestação de Contas Ordinárias Anual. *Relatório de Gestão do Exercício de 2016*. Brasília (DF): março de 2017a. Disponível em: CITAR SITE. Acesso em: 10 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Câmara Federal. *Projeto de Lei nº 4.372*, de 31 de agosto de 2012, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES) e dá outras providências. Acesso em: 24 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Câmara Federal. *Projeto de Lei nº 7.040*, de 24 março de 2010a, que dispõe sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições de ensino superior. Acesso em: 25 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Câmara Federal. *Projeto de Lei nº 7.200*, de 12 de junho de 2006, que estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; nº 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Acesso em: 24 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de outubro de 1988. Brasília (DF): Senado Federal, 1988. Acesso em: 10 jun. 2017a.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. *Relatório de avaliação da execução de programas de governo nº 35: Programa Universidade para Todos (ProUni)*. Brasília (DF): CGU, 2015. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/3270.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília (DF): Senado Federal, 1996. Acesso em: 10 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013*. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* dos artigos 214 e 196 da Constituição Federal. Acesso em: 7 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 13.005, de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília (DF): MEC, jun., 2014. Acesso em: 20 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017c*. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 e dá outras providências. Acesso em: 8 dez. 2017c.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília (DF): Presidência da República, 1995.

COSTA, Marcia Cordeiro. *A Gênese em nível superior no estado Maranhão e políticas educacionais: os embates travados pela efetivação e consolidação*. VIII jornada internacional de políticas públicas, 2017. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas*. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_. O ensino superior no octênio FHC. *Educação e Sociedade*. Campinas (SP), vol. 24, n. 82, 2003, p. 37-61. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

EVANGELISTA, José; CASTRO, Maria Laura Viveiros de. *Introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRANSCISCHETTO, Bruna. Evolução no ensino superior estado do Maranhão. *Revista humanidade e educação*, vol. 7.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. *Educação e Mudança*. Coleção Educação e Comunicação, vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GATTI, Bernardete Angelina; SÁ BARRETO, Elba Siqueira; DE ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília (DF): UNESCO, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Sobre a História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IASI, Mauro Luís. *Ensaio sobre consciência e manipulação*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 176p.

\_\_\_\_\_. Nação e Ensino de História no Brasil. In. PINSKY, J. (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11-29.

INSTITUTO SEMESP. *Mapa do Ensino Superior Estado do Maranhão*. Disponível em:

<<https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/dados-estados-e-regioes/nordeste/maranhao/>>. Acesso em: 30 out. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática São Paulo*. Coleção Magistério. 2º grau Formação dos Professores. São Paulo: Cortez, 1994.

RICHARDSON, R. J. *et al. Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSENFELD, Denis L. *O que é democracia*. Coleção Primeiros Passos, 219. São Paulo: Brasiliense, 1950.

SAES, Paula Macchione. *Ao ensino superior e trajetórias dos egressos do ProUni*. Mestrado em Educação. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2015 (1987).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 41ª edição revista. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 5. Campinas (SP): Autores Associados, 2009.

TELLES, José Carlos da Silva. *Programa Universidade para Todos: implicações na democratização do ensino superior*. Mestrado em Educação. Ijuí (RS): Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, 2017. 102 f.

TORGAL, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

#### **Internet**

<[https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/utilidade\\_publica/Credenciadas MEC.pdf](https://www.mpma.mp.br/arquivos/COCOM/arquivos/utilidade_publica/Credenciadas MEC.pdf)>.